

PLANO DE ENSINO
DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 80 HORAS

EMENTA

Legislação social, os sujeitos de direitos sociais na contemporaneidade; política social e seguridade social: dever do estado, direitos do cidadão; as políticas sociais em habitação; direito social ao trabalho, as novas nuances da reforma trabalhista lei 13.467/2017.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Desenvolvimento da capacidade de compreender e interpretar a legislação social vigente, incluindo leis, regulamentos e normativas que impactam os direitos e deveres dos cidadãos. Habilidade em analisar e avaliar as políticas sociais e de seguridade social, compreendendo o papel do Estado na promoção do bem-estar social e na garantia de direitos fundamentais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO SOCIAL, OS SUJEITOS DE DIREITOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Introdução;

Lei 11.340/2006 – A proteção penal da mulher em virtude da Lei Maria da Penha;

Lei 12.288/2010 – Os direitos sociais definidos no estatuto da igualdade racial;

Lei 12.852/2013 – Os direitos sociais fixados no estatuto da Juventude

POLÍTICA SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL: DEVER DO ESTADO, DIREITOS DO CIDADÃO

Introdução;

Lei 8.080/90 – Saúde como parte da seguridade social: a exegese do Sistema única de Saúde (SUS);

Lei 10.741/2003 – As políticas sociais assentadas no Estatuto do Idoso;

Lei 12.764/2012 - A política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista;

Lei 13.143/2015 – As políticas sociais delineadas no Estatuto com pessoa com deficiência.

AS POLÍTICAS SOCIAIS EM HABITAÇÃO

As políticas de habitação no context da redemocratização de 1988;

Lei 10.257/2001, o Estatuto da cidade e a visão de política habitacional;

Lei 13.465/2017 e decreto no9.310/2018 – O assistente social e sua função perante a regularização fundiária.

DIREITO SOCIAL AO TRABALHO, AS NOVAS NUANCES DA REFORMA TRABALHISTA LEI 13.467/2017

A idealização da reforma trabalhista e seu propósito;

Os principais direitos sociais trabalhistas flexibilizados;

Os reflexos sociais e trabalhistas pós reforma.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As aulas à distância serão realizadas em vídeo aulas, material disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atividades de apoio para exploração e enriquecimento do conteúdo trabalhado, fóruns de discussão, atividades de sistematização, avaliações e laboratórios práticos virtuais.

RECURSOS DIDÁTICOS

Livro didático;
Vídeo aula;
Fóruns;
Estudos Dirigidos (Estudo de caso);
Experimentos em laboratório virtual;
Biblioteca virtual;
Atividades em campo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A distribuição dos 100 pontos acontecerá da seguinte forma durante o período de oferta da disciplina:

- ✓ Fórum de Discussão Avaliativo: 10%
- ✓ Estudo Dirigido: 10%
- ✓ Avaliação Parcial I: 15%
- ✓ Avaliação Parcial II: 15%
- ✓ Avaliação Final: 50%

Caso o aluno não alcance no mínimo 60% da pontuação distribuída, haverá a Avaliação Suplementar com as seguintes características:

- ✓ Todo o conteúdo da disciplina.
- ✓ Valor: 100 pontos
- ✓ Pré-requisito: Resultado Final ≥ 20 e < 60
- ✓ Regra: $(\text{Resultado Final} + \text{Nota Prova Suplementar}) / 2$
- ✓ Média final para Aprovação: ≥ 60 pontos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGÊNCIA BRASIL. Dia Nacional do Idoso: conheça políticas públicas para essa população. Brasília-DF, 01 dez. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3TIYw1J>. Acesso em: 08 mar. 2022.

AMARO, Sarita. A questão racial na assistência social: um debate emergente. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 81, p 52-80, mar. 2005.

MAIESKI, Elaine Cristina; DEMARCHI, Clovis. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Políticas Públicas, Educação e Diversidade: Uma Compreensão Científica do Real, [S.L.], p. 493-514, 2020. Editora Científica Digital. Disponível em: <https://bit.ly/3G28Wk5>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Jeane A. M. R.; VERAS, André B.; VARELLA, André A. B. Breves Considerações Sobre a Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista na Rede Pública de Saúde. Revista Psicologia e Saúde, [S.L.], p. 89-98, 8 fev. 2019. Universidade Catolica Dom Bosco. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v11i1.687>

CABRAL, Francisco; DIAZ, Margarita. Relações de Gênero. 2010.

JACARANDA, Elder. O ASSISTENTE SOCIAL E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3zX8IMz>. Acesso em: 01 abr. 2022.

PEREIRA, Thalita Mendes. A Atuação do Assistente Social no Enfretamento da Violência Doméstica Contra a Mulher. Revista Moitará, [s. l], v. 1, n. 3, p. 246-265, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3tekY2a>. Acesso em: 28 fev. 2022.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. SILVA, Verônica de Lima. Os direitos sociais do trabalho e a reforma trabalhista sob a ótica do direito econômico. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3UgCNtn>. Acesso em: 16 abr. 2022